

Para economistas, teto de gasto público enfrentará pressões e poderá ser revisto

Por Luciano Máximo e Estevão Tairar | De São Paulo

Aprovada no ano passado como uma das principais medidas de ajuste fiscal da equipe econômica do governo Michel Temer, a Emenda Constitucional nº 95, que estabelece um teto para o crescimento dos gastos públicos por 20 anos, continua sendo vista com ceticismo. No primeiro dia de discussões do 14º Fórum Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV), ontem, vários economistas afirmaram que a medida não terá efetividade porque "encolhe demais" o tamanho do Estado na economia e sofrerá com uma série de conflitos de interesse políticos para ter plena implementação.

Na opinião de Luiz Guilherme Schymura, do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da FGV, a medida fiscal é capaz de equacionar, "em termos quantitativos", a atual crise fiscal do país, cujo volume de dívida pública está na casa dos 80% do Produto Interno Bruto (PIB). Estudo

do Ibre mostra que a despesa primária do governo sairá dos atuais 20% do PIB para 16% em 2025 se o teto dos gastos for seguido à risca. "É uma perda violentíssima. O fato é que temos um sistema político que se habituou a trabalhar, nos últimos 20 anos, com um crescimento real de despesas de 6% ao ano. Provavelmente o teto será rompido em algum momento próximo", acredita Schymura.

O problema da legislação, segundo Schymura, é que ela carece de normas e regras para definir tomadas de decisão sobre a elaboração do Orçamento num contexto de teto de gastos desrespeitado. "A lei estabelece proibição de reajustes de remuneração de servidores caso o teto seja estourado. Mas como será a implementação disso? Quais despesas o formulador do projeto de lei orçamentária deve considerar prioritárias? Como vai funcionar essa lógica?", questiona o economista.

Essa barreira, nas palavras de Nelson Marconi, professor da

EESP-FGV, torna a emenda do teto ineficaz. "Se a regra for cumprida a rigor, em dez anos o Estado estaria muito pequeno, o Estado estaria praticamente paralisado. O governo está descontingenciando o orçamento hoje, imagina com a limitação do teto. O problema principal é a questão previdenciária. Todo o esforço político que o governo usou para aprovar o teto deveria ter sido alocado para a reforma da Previdência Social em primeiro lugar. Nesse caso, o governo primeiro aliviaria um problema sério de evolução dos gastos para, aí sim mais tarde, colocar o teto", avalia Marconi.

"Esse tema fiscal vai ficar por aí muito tempo, tem muita gente boa falando isso, que vamos ter a PEC da PEC. Se for esse o caso, esse negócio não vai pegar", afirma José Francisco Lima Gonçalves, economista-chefe do banco Fator. Já Braulio Borges, economista da LCA Consultores, vê como "nada triviais" os desafios para que a EC 95 seja plenamente implementada.

Fatia no PIB cresce mais que carga de impostos para setor de serviços

Por Rodrigo Carro | Do Rio



Guilherme Mercês: "No Brasil, impostos incidem sobre bens e serviços. No mundo, recaem sobre renda e patrimônio".

Desenhada na década de 60, a atual estrutura tributária brasileira vem se mostrando incapaz de acompanhar a expansão do setor de serviços, principalmente no segmento digital. Apesar de responder por cerca de um quinto do PIB brasileiro nos últimos dois anos, a indústria contribuiu com mais de um terço da arrecadação federal, segundo indica levantamento feito pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Já o setor de serviços, mesmo tendo participação crescente na economia, ainda paga menos impostos em relação à sua participação no Produto Interno Bruto.

No biênio 2015/2016, a indústria foi responsável, em média, por 34,20% da arrecadação federal, embora sua participação no PIB tenha sido de 21,8% no período, conforme mostram dados da Receita Federal e do Instituto Brasileiro de

Geografia e Estatística (IBGE) compilados pelo Planejamento. No caso das atividades agropecuárias, a participação no PIB (5,2%) foi quase 20 vezes maior em relação à fatia do setor na arrecadação federal (0,27%) nos últimos dois anos. Para os serviços, a desproporção é menor, mas significativa. Embora tenham representado 73% do PIB em 2015 e 2016, em média, geraram 65,53% da arrecadação.

"Com mais de meio século, o sistema tributário brasileiro foi desenhado em cima de impostos sobre mercadorias e produtos industriais, o que era consistente para uma economia de bens", explica José Roberto Afonso, professor do Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP) e pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre-FGV).

Quando foi criado, o sistema tributário brasileiro sobrecarregava a indústria que, na época detinha uma parcela do PIB muito superior à atual. "A economia e a sociedade mudaram radicalmente no Brasil e no mundo. Primeiro, se tornando uma economia de serviços. Agora, está em curso outra revolução, a digital", acrescenta Afonso.

Ao longo década de 2010, o avanço dos serviços como principal motor da economia brasileira diminuiu muito pouco a distância entre o que o setor gera de riquezas

e sua contribuição dentro da arrecadação federal. Na comparação entre os biênios de 2011/2012 e 2015/2016, a participação dos serviços no produto interno bruto passou de 68,4% para 73%, em média.

Paralelamente, a fatia do setor no montante de impostos arrecadados pela União subiu de 59,98% para 65,53% nos períodos pesquisados. A distância, portanto, caiu de 8,42 pontos percentuais para 7,47. Fazendo a mesma comparação para o setor industrial, a distância caiu ainda menos: passou de 13,14 pontos percentuais para 12,4%, tomando por base também os períodos de 2011/2012 e 2015/2016.

"A estrutura tributária não acompanhou as novas tecnologias e mesmo o projeto de reforma proposto pelo deputado Luiz Carlos Hauly já nasce obsoleto, pois a criação do IVA [Imposto sobre Valor Agregado] Federal vem com atraso de dez anos e não prepara o país para a tributação dos serviços digitais e intangíveis, embora tenha a virtude de conferir maior racionalidade ao sistema tributário quando comparado ao modelo arcaico atual", opina o tributarista Pedro Bello, sócio do escritório Bichara Advogados. "O caminho a ser seguido parece ser o mesmo lançado na reforma do [presidente americano] Donald Trump onde a tributação é sobre





fluxos de caixa - não interessa a residência do contribuinte - e, especialmente, um tributo que grave as operações digitais - sim, algo como a velha e boa CPMF."

Economista-chefe da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), Guilherme Mercês lembra que a indústria brasileira paga em impostos o equivalente a 47% do PIB do setor. Para as empresas de serviços, esse percentual é de 23% do PIB setorial. "No Brasil, os impostos incidem de forma concentrada sobre bens e serviços. No resto do mundo, recaem sobre renda e patrimônio", compara. Na visão dele, não seria necessária uma "revolução" no sistema tributário nacional e sim uma simples evolução. "O país não precisa necessariamente de uma reforma para reequilibrar as alíquotas entre os setores. Isso acontece naturalmente ao se balancear melhor os tributos [direcionando-os para renda e patrimônio]", sustenta Mercês.

Para a indústria nacional, o principal imposto continua a ser o ICMS, criado em 1965. De todo o montante de tributos pago pela indústria, o ICMS corresponde a 36% do total, segundo a Firjan.

País pode ter expansão fiscal maior este ano, diz economista

Por Rodrigo Carro | Do Rio



Manoel de Castro Pires: "Existe uma pressão para que Temer faça o ajuste fiscal".

A contração das despesas públicas da União no segundo mandato da presidente Dilma Rousseff foi seguida de forte expansão fiscal no ano passado, com crescimento dos gastos federais equivalente a 1,59% do Produto Interno Bruto. A maior parte da pressão financeira sobre o governo Michel Temer em 2016 veio das áreas de previdência social (0,84%) e de custeio e investimento (0,69%), indica levantamento do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre), da FGV.

"A tendência é de que esse percentual [de expansão, de 1,59%,] seja maior no 2º ano do governo Temer", diz Manoel Carlos de Castro Pires, economista responsável pela compilação e análise dos dados e ex-secretário de Política Econômica do ministério da Fazenda. "Temer assumiu o país após

um período de repressão financeira insustentável". O ajuste fiscal empreendido por Dilma em seu segundo mandato resultou numa retração da despesa pública equivalente a 0,04% do PIB. Pode parecer pouco, mas essa foi a diminuição mais expressiva desde a administração de Fernando Collor de Mello, no início dos anos 90.

Na época de Collor, esclarece Pires, a inflação alta contribuía para diminuir o valor real da despesa do governo. Aos efeitos da inflação somavam-se também fatores como repressão financeira e ajuste por meio de privatizações - as estatais deficitárias recebiam aportes frequentes de capital. No mandato de Dilma iniciado em 2015, o ajuste dos gastos se deu na rubrica de custeio e investimento, que retrocedeu 0,91%.

Os números compilados pelo Ibre mostram que, para cada período de contração fiscal desde 1985, houve uma posterior expansão de gastos, compensando pelo menos em parte os efeitos dos cortes de despesa. "Parte do corte de gastos é permanente, mas outra parte é resultado de repressão financeira", esclarece Pires, economista à frente do projeto Observatório de Finanças Públicas, previsto para estreitar em outubro.

Ao avaliar o governo Temer, Pires considerou apenas o ano

fechado de 2016, apesar de Dilma ter sido afastada da presidência em maio. "As decisões relevantes de expansão fiscal foram tomadas na gestão dele", diz.

Na comparação entre Temer e seus antecessores, o pemedebista foi o presidente que mais ampliou a despesa pública desde Itamar Franco, segundo os dados compilados. "Existe uma pressão do mercado para que Temer faça o ajuste fiscal. E, ao mesmo tempo, há uma brutal pressão da base política para que o Estado faça rodar a máquina e atenda as demandas de parlamentares, governadores e prefeitos", resume o cientista político Antonio Lavareda.

A comparação entre Temer e os seis presidentes que o antecederam desde 1985 é prejudicada - admite Pires - pela queda acentuada no PIB registrada no ano passado (-3,6%). "O fato de o PIB ter caído é importante, mas não decisivo nessa análise", argumenta ele. Como a análise do Ibre se resumiu, no caso de Temer, apenas a 2016, a tendência é de que os efeitos da expansão fiscal possam ser diluídos até o fim do mandato.

Especialista em finanças públicas, a economista Selene Peres ressalta que a combinação dos efeitos resultantes das variações do PIB e das despesas públicas pode produzir distorções. Como exemplo, Selene





cita a "diminuição" (como proporção do PIB) na despesa com pessoal durante os dois mandatos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o primeiro de Dilma. As sucessivas quedas medidas pelo Ibre - equivalentes a 0,40%, 0,09% e 0,49% do PIB, respectivamente - são na verdade efeitos da expansão da economia, sustenta Selene.

"Essas quedas passam a ideia de que a política fiscal foi restritiva nos governos de Lula e no primeiro mandato de Dilma, quando foi exatamente o contrário que ocorreu", diz, acrescentando que o efeito cumulativo dos recentes ciclos de expansão da despesa pública gera reflexos na gestão Temer. "Estamos pagando a conta da Copa do Mundo e da Olimpíada até hoje."

Meirelles diz não esperar "grandes mudanças" em texto da Previdência

Por Ribamar Oliveira | De Brasília

Durante teleconferência com investidores estrangeiros, realizada ontem de manhã e organizada pelo Citigroup, o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, disse que a reforma da Previdência Social "está a caminho" e que a expectativa do governo é que ela seja votada em outubro pela Câmara, de acordo com empresários que participaram do evento ouvidos pelo Valor.

Meirelles destacou que não trabalha "com grandes mudanças" no texto aprovado, no início de maio, pela comissão especial da Câmara que analisou o assunto, indicando que o esforço do governo será no sentido de não desidratar ainda mais a reforma.

Com as mudanças feitas pela comissão especial, o governo considera que preservou 75% da economia prevista. Em dez anos, a estimativa era economizar R\$ 793 bilhões com a proposta original. Com as mudanças feitas pelos deputados, a economia projetada caiu para R\$ 604 bilhões.

Aos investidores, Meirelles informou que o governo trabalha também em outra frente, com a adoção de medidas destinadas a

aumentar a produtividade da economia. Citou a recente aprovação pelo Congresso da reforma trabalhista e o projeto de recuperação judicial, que apresentou ao presidente Michel Temer. Meirelles disse que vai enviar ainda esta semana o anteprojeto de lei à avaliação da Casa Civil.

O ministro iniciou a sua apresentação aos investidores destacando a aprovação da emenda constitucional que criou o teto de gastos para a União, que chamou de "peça legislativa mais importante" dos últimos anos, pois permite quebrar uma trajetória de 25 anos de crescimento contínuo das despesas públicas.

Ele manifestou otimismo com a atual recuperação da economia brasileira. "Há vários sinais de que a economia está reagindo", disse. Esses indicadores, segundo ele, mostram que a expansão econômica neste ano ficará maior do que o 0,5% com qual o governo trabalhava até agora. "Ficará um pouco mais alto do que isso, talvez 0,7% ou 0,8%", afirmou, de acordo com relatos obtidos pelo Valor. Para 2018, Meirelles disse que trabalha com a possibilidade de que o crescimento fique em 3% em vez de 2%, como se previa até agora.

Os investidores perguntaram

sobre a possibilidade de aprovação do novo Refis e se o governo tinha um plano B para evitar nova queda da receita da União, caso não consiga aprovar o programa de parcelamento de débitos tributários em condições que preservem a arrecadação. Meirelles disse acreditar que o governo chegará a um acordo com sua base política para a aprovação do Refis, no prazo máximo de duas semanas.

Outra pergunta feita pelos investidores foi sobre a reforma tributária. Um deles quis saber se a reforma reduzirá a carga tributária, considerada muito elevada. Meirelles disse que a reforma em estudo está focada na simplificação das regras tributárias. Outro quis esclarecer a decisão do governo de pedir que o BNDES antecipe o pagamento do empréstimo feito pelo Tesouro. O ministro afirmou que as conversas sobre essa questão "ainda são preliminares" e que "não existem valores decididos".

Um investidor quis saber qual era a avaliação do ministro sobre o cenário político do Brasil para 2018. Meirelles disse que ainda era muito cedo para fazer uma avaliação mais objetiva, mas afirmou que os desafios para o futuro governo serão os mesmos enfrentados atualmente.

Governo deve liberar R\$ 10 bi em despesas ainda este mês

Descontingenciamento do Orçamento evitaria paralisação de serviços

Martha Beck e Bárbara Nascimento

-Brasília -- Mesmo com o risco de novas frustrações de receita, a equipe econômica estuda liberar cerca de R\$ 10 bilhões em despesas do Orçamento de 2017. Segundo integrantes do governo, essa seria uma forma de aliviar logo os ministérios que estão com pagamentos atrasados e evitar um shutdown (paralisação total da máquina pública). A liberação seria feita no dia em que o governo publicar o novo relatório bimestral de avaliação de receitas e despesas, o que precisa ser feito até 22 deste mês.

A decisão, contudo, não é consenso. Uma parte da equipe defende que se espere para ver como serão os leilões de quatro usinas da Cemig, previstos para o fim do mês e com os quais o governo esperava arrecadar R\$ 11 bilhões. Mas, como as usinas são alvo de briga entre a União e a estatal, os leilões estão suspensos e podem atrasar ou render menos.

"SHUTDOWN"
EM DEZEMBRO

Assim, os técnicos discutem se o governo deve liberar agora parte das despesas e fazer um contingenciamento no fim do ano, caso haja frustração de receitas, ou esperar um pouco mais pelo cenário da arrecadação. Quem defende a liberação imediata destaca que o governo não pode manter investimentos paralisados e serviços públicos prejudicados por mais quatro meses. Para esse grupo, se for para fazer um shutdown, que isso ocorra no último relatório bimestral de avaliação de receitas e despesas do ano, deixando a paralisação ocorrer apenas em dezembro.

A decisão sobre o descontingenciamento está no topo das prioridades da equipe econômica. Tanto que o governo deve deixar para depois da divulgação do relatório o envio da mensagem modificativa que vai alterar o Projeto de Lei Orçamentária Anual (Ploa) de 2018 de um déficit primário de R\$ 139 bilhões para R\$ 159 bilhões.

Desengessar é preciso

CAIO MEGALE

Em editorial nesta segunda (11/9), "Prefeitura Engessada", a Folha toca em ponto fundamental da gestão fiscal do setor público, a rigidez orçamentária.

Questões legais, como o piso de gastos em algumas áreas, reduzem a margem para corte. O deficit da Previdência é crescente, e a capacidade de ajuste na folha, por conta da estabilidade do servidor público no emprego, é muito limitada. Esse quadro se torna mais dramático com a queda nas receitas, resultado da recessão econômica.

No caso da Prefeitura de São Paulo, a rigidez vai além das questões legais. As despesas com saúde e educação, somadas, superam em mais de nove pontos percentuais os pisos legais, por conta de reajustes acima da inflação em convênios e salários nos últimos anos.

O mesmo aconteceu em contratos de prestação de serviços que não possuem piso legal, mas são essenciais, como varrição de ruas e coleta de lixo. Isso porque, no passado recente, pouco se fez para aumentar o controle e a eficiência dessas despesas.

Na Previdência municipal, os aportes do Tesouro triplicaram desde 2012. Um projeto tímido de reforma foi enviado à Câmara ao final da gestão passada, sem grande convicção do Executivo.

Completa o quadro a concessão pouco criteriosa de benefícios. O subsídio ao transporte público, por exemplo, subiu de R\$ 1 bilhão, em 2012, para R\$ 2,9 bilhões, em 2016.

A falta de planejamento era evidente: o orçamento de 2016 previa R\$ 1,7 bilhão, uma diferença de R\$ 1,2 bilhão para o efetivamente realizado. Quase R\$ 400 milhões dessa diferença não foram pagos, ficando o ônus para a atual gestão.

É comum atribuir o problema ao congelamento da tarifa cheia neste ano. Não é verdade.

Tal medida foi compensada pelo aumento de outras tarifas (como as de integração), pela limitação recente do passe livre (benefício em que havia distorções) e por esforços para redução de fraudes. O buraco orçamentário em 2017 será o mesmo de 2016, produzido na gestão passada.

Estamos focados em atacar o problema da rigidez orçamentária. As secretarias têm trabalhado para aumentar a eficiência do gasto em serviços essenciais.

Estudamos alternativas para equacionar a Previdência por meio de uma reforma estrutural que a torne saudável e justa. A secretaria de Transportes prepara edital para a licitação do transporte público, abrindo espaço para reduzir o subsídio.

Revisamos contratos, obtendo uma economia aproximada de R\$ 360 milhões. Reduzimos cargos em comissão em 31%, readequamos programas ineficientes, repensamos prioridades e estamos racionalizando os gastos administrativos.

O resultado tem sido positivo. Os gastos totais da prefeitura cresceram apenas 0,8% até agosto, gerando uma economia em custeio estimada em R\$ 700 milhões para este ano. Do lado da receita, intensificamos a fiscalização, criamos a Nota do Milhão e lançamos o programa de parcelamento incentivado de dívida, incrementando a arrecadação em quase R\$ 1 bilhão.





Para a retomada mais rápida do investimento, o programa de desestatização será fundamental. Poderá arrecadar mais de R\$ 5 bilhões nos próximos anos, além de cortar em quase R\$ 500 milhões o custeio.

Como não se espera uma retomada intensa da economia brasileira (e, portanto, da arrecadação), a desmobilização de ativos será a forma de acelerarmos o investimento em setores com alto impacto social, como pede o editorial da Folha.

O esforço está apenas começando. É preciso perseverança para reverter práticas sedimentadas há décadas, que comprometeram os controles e a eficiência do gasto público. Não se gasta pouco; gasta-se mal.

Se não formos capazes de alterar essa tendência perversa, subsídios, convênios e Previdência ocuparão gradualmente todo o espaço orçamentário da prefeitura, levando a cidade a uma inviabilidade danosa às próximas gerações.

CAIO MEGALE é economista e secretário municipal da Fazenda da Prefeitura de São Paulo

Meirelles diz que Previdência pode ser votada no mês que vem

Temer começa a sondar deputados sobre clima para retomar tramitação da reforma com "força total"

BRASÍLIA e SÃO PAULO- O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, afirmou ontem que as discussões sobre a reforma da Previdência foram retomadas. "A expectativa é que seja votada no Congresso em outubro", escreveu o ministro no Twitter. Ontem, o presidente Michel Temer pediu ao ministro da Secretaria de Governo, Antônio Imbassahy, para sondar com os deputados o clima para retomar a reforma da Previdência "com força total" logo após o retorno do presidente de Nova York, na semana que vem.

Na semana passada, o governo obteve duas importantes vitórias no Congresso Nacional com a aprovação das mudanças nas metas fiscais de 2017 e 2018 e da criação da nova taxa de juros dos financiamentos do BNDES, a chamada Taxa de Longo Prazo

(TLP). Esses resultados foram recebidos como um sinal de ambiente mais favorável ao governo para votar matérias de seu interesse - o que se soma à recente reviravolta no campo político, com a possibilidade de reversão de benefícios concedidos a executivos da JBS que implicaram o presidente Michel Temer em suas delações, mas teriam omitido outras informações.

Meirelles também publicou no Twitter que, após a aprovação das mudanças nas regras previdenciárias, o governo vai trabalhar na formulação da reforma tributária, "com objetivo

de simplificar o sistema". Em São Paulo, o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, afirmou que "não há pernas" para tocar duas reformas ao mesmo tempo. "A reforma mais urgente é a da Previdência. A tributária é o passo seguinte", disse após fazer palestra em evento na Fundação Getulio Vargas (FGV).

Na palestra, Dyogo disse que o governo pode estar próximo de não conseguir honrar as despesas com a Previdência se uma reforma não for feita. "Estamos prestes a não poder pagar", disse ele.

O ministro mencionou que, só em 2018, haverá déficit de R\$ 200 bilhões, considerando apenas o regime geral. Incluindo o funcionalismo público, esse total deve chegar a R\$ 300 bilhões. "Não há como protelar a reforma", afirmou, ressaltando que a população brasileira está vivendo mais, mas hoje as pessoas se aposentam muito cedo. "Chega de falácias, de falar que pode tirar daqui e dali". Ele citou os casos de Portugal e Grécia, que reduziram o valor das aposentadorias e chegaram até a parar de pagar os benefícios. / Idiana TOMAZELLI, CARLA ARAÚJO, FELIPE FRAZÃO, ALTAMIRO SILVA JUNIOR E FRANCISCO CARLOS DE ASSIS

Governo vê espaço para aliviar corte no Orçamento

Executivo tem até dia 22 para decidir tamanho do corte, que hoje está em R\$ 45 bi; liberação de recursos deve ser menor que previsão inicial

Adriana Fernandes e Idiana Tomazelli / Brasília

O governo ainda vê espaço para desbloquear parte do corte de R\$ 45 bilhões do Orçamento deste ano para dar um alívio aos ministérios, mas a margem para liberação de recursos pode ser menor do que a expectativa inicial, entre R\$ 8 bilhões e R\$ 10 bilhões. O governo tem até dia 22 para decidir sobre o tamanho do desbloqueio. É quando terá de ser enviado ao Congresso o quarto relatório bimestral de avaliação de receitas e despesas do Orçamento de 2018. O documento avalia os riscos de descumprimento da meta e apresenta o caminho para a correção de desvios de trajetória.

Um integrante da equipe econômica disse ao Estadão/Broadcast que "não dá para bloquear mais" as despesas do Orçamento. Segundo outra fonte da área econômica, a Fazenda só

começará a fazer a revisão das receitas na semana que vem. Por isso, ainda é cedo para ter ideia do tamanho da liberação. Ontem, em São Paulo, o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, disse que para manter o funcionamento dos órgãos públicos seria necessário liberar entre R\$ 8 bilhões e R\$ 10 bilhões, mesma previsão que tinha sido feita no anúncio das novas metas fiscais deste ano e do próximo, para R\$ 159 bilhões.

A alteração foi aprovada pelo Congresso na semana passada, mas novas receitas se frustraram. Em julho, a perda em relação ao programado chegou a R\$ 6 bilhões. O diretor da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira (Conof) da Câmara, Ricardo Volpe, avalia que a liberação de recursos deve ficar abaixo do valor cogitado inicialmente. "Será bem pouco e pode

não atender o custeio de alguns serviços até o fim do ano." Para ele, mesmo com o desbloqueio parcial prometido pelo governo, há o risco de haver um "apagão" na

máquina pública até o fim de 2017, comprometendo o atendimento à população.

Ricardo Volpe alerta que qualquer decisão dependerá de quanto dos R\$ 20 bilhões "extras", adicionados graças à expansão do déficit autorizado neste ano, serão consumidos por frustrações de receitas. Para o consultor, há o risco concreto de a equipe econômica não conseguir liberar nenhum centavo ou mesmo precisar fazer cortes adicionais.

Refis. O governo terá até o dia 22 para fechar proposta de negociação para o Refis (parcelamento de débitos tributários) com nova previsão de receita. A estimativa é de arrecadação de R\$ 13 bilhões. O presidente Michel Temer prometeu aos ministros que vai liberar parte do Orçamento. Mesmo com esse "respiro", segundo fontes, o risco é grande de o governo no fim do ano começar a "empurrar" o pagamento de despesas para 2018. /COLABORARAM ALTAMIRO SILVA JUNIOR E FRANCISCO CARLOS DE ASSIS

TRABALHO »

Sem pagar aposentadoria



Para o ministro do Planejamento, "não há pernas" para que duas reformas sejam tocadas ao mesmo tempo

Dyogo Oliveira diz que o governo está prestes a ficar sem dinheiro para a Previdência, e que a reforma do sistema é urgente. Meirelles afirma que proposta deve ser votada até outubro. Mudança nos tributos deve vir depois

São Paulo – O ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, afirmou ontem que a reforma do sistema de aposentadorias é indispensável para o equilíbrio das contas públicas, e que, sem ela, não será possível sequer honrar pagamentos de benefícios em breve. “A gravidade da situação é esta: estamos prestes a não poder pagar a Previdência”, afirmou ele em palestra no 14º Fórum de Economia

na Fundação Getulio Vargas (FGV), em São Paulo. “Não há como manter investimentos com as despesas crescendo R\$ 50 bilhões por ano”, completou.

Ele disse que a proposta de emenda constitucional das aposentadorias é prioridade, o que, no momento, impede que se patrocinem mudanças no sistema de impostos, por exemplo. “A reforma mais urgente é a da Previdência. A tributária é o passo seguinte, para revigorar o crescimento”, disse. Para ele, “não há pernas” nem condições operacionais para tocar as duas alterações ao mesmo tempo.

Ainda sobre a reforma da Previdência, Oliveira ressaltou que o calendário de votação será determinado pelo Congresso. “O

máximo que podemos fazer é prestar toda informação, todo apoio de que os parlamentares necessitam.”

O ministro foi questionado sobre a possibilidade de nova alta de tributos, e negou que isso possa ocorrer. “Falar em aumentar imposto na atual conjuntura é inviável”, disse. Oliveira afirmou ainda que o governo fará nesta semana uma revisão de receitas e despesas. A expectativa é de que seja divulgado até o fim do mês o volume de descontigenciamento para evitar a paralisia da máquina pública. Ele destacou que segue com a estimativa de que, para manter o funcionamento dos órgãos federais, é necessária a liberação de algo entre R\$ 8 bilhões e R\$ 10 bilhões.

Dyogo descartou a suspensão de serviços públicos. “Acreditamos que manteremos o funcionamento regular dos órgãos”, disse, ressaltando que não há possibilidades de aumento de despesas.

O ministro ressaltou que o Brasil está em processo de recuperação e que, mesmo assim, gera empregos, processo que tende a se acelerar quando a recuperação estiver em um estágio mais avançado.

Expectativa

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, afirmou em sua conta no Twitter, que as discussões sobre a





reforma da Previdência foram retomadas. “A expectativa é de que a reforma seja votada no Congresso em outubro”, escreveu, repetindo o que havia falado no domingo à imprensa.

Na semana passada, o governo obteve duas importantes vitórias no Congresso Nacional com a aprovação das mudanças nas metas fiscais de 2017 e 2018 e da criação da nova taxa de juros dos financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a chamada Taxa de Longo Prazo (TLP).

Esses resultados foram recebidos como um sinal de ambiente mais favorável ao governo para votar projetos de seu interesse. Isso se soma à recente reviravolta, com a possibilidade de reversão de benefícios concedidos a executivos da JBS, que implicaram o presidente Michel Temer em suas delações, mas teriam omitido outras informações.

Meirelles também publicou no Twitter que, após a aprovação das mudanças nas regras previdenciárias, o governo vai trabalhar na formulação da reforma tributária.

Nas próximas semanas, o Congresso deve começar a debater o projeto de recuperação judicial, novo item da agenda de estímulo à economia.

Tentativas de fraude crescem no país

Os brasileiros sofreram uma tentativa de fraude a cada 16,5 segundos no primeiro semestre deste ano, segundo a Serasa Experian. Ao todo, foram registrados 950.632 tentativas de burlar o consumidor neste período, 7,5% a mais do que no mesmo período de 2016, quando foram constatadas 884.105 tentativas. De acordo com o indicador da Serasa, a alta de 31,2% nos golpes aplicados no setor bancário e financeiro foi responsável por puxar os números de janeiro a junho. Os setores de serviços e telefonia também registraram aumento de 5,8% e 1%, respectivamente. Já o varejo apresentou queda de 9,7% no semestre. Em números absolutos, o segmento de telefonia lidera, com 366.188 tentativas (38,5% do total).

Donzela arrependida

Vicente Nunes

A foto de Joesley Batista dentro do carro da Polícia Federal segurando um terço é um deboche diante de um país atônito com tanta corrupção. O ex-açougueiro que saqueou o Brasil e que bradava em alto e bom som que nunca seria preso resolveu, agora, se apegar aos santos e pedir proteção depois de ser enjaulado. É muito fácil posar de arrependido depois de tudo o que ele fez para construir o império J&F, dono da JBS. Joesley só está tendo o que merece.

Felizmente, a Justiça está agindo para mostrar ao empresário que se gaba de ter corrompido todos os poderes — Executivo, Judiciário e Legislativo — que o Brasil ainda tem conserto. A suspensão do acordo de leniência fechado com a J&F, que garantia a Joesley e aos executivos da JBS uma espécie de salvo-conduto, é um passo importante para corrigir erros nos processos de delação. A revisão de benefícios em nada enfraquece esses acordos. Muito pelo contrário.

Joesley e companhia enganaram todo mundo. Acreditaram que, ao confessar alguns de seus pecados,

estariam perdoados para continuar corrompendo e tirando sarro da cara de todos. O próximo passo, para dar exemplo, é a Justiça transformar o regime da prisão do empresário e do executivo Ricardo Saud de temporária para preventiva. E, se possível, bloquear os bens da família Batista, pois está provado que muito do que conquistou foi de forma ilícita.

Chama a atenção que, no mesmo dia da prisão de Joesley, a JBS tenha vendido uma de suas empresas, a Moy Park, com sede na Irlanda, um paraíso fiscal, para uma companhia do mesmo grupo, a Pilgrim's, baseada nos Estados Unidos. Com isso, a JBS transferiu um ativo de US\$ 1,3 bilhão controlado do Brasil para o exterior. A impressão que fica é a de que a família Batista está remetendo o que pode para o exterior, a fim de escapar das autoridades brasileiras. Cheira à má-fé.

Tratamentos diferenciado

As punições contra Joesley e o grupo que ele representa devem ser rápidas. O Supremo Tribunal Federal (STF) precisa se posicionar a favor da manutenção das provas apresentadas pelo ex-açougueiro

comprovando um sistema impressionante de corrupção. Independentemente de ele ter enganado o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, tudo o que foi entregue ao Ministério Público é valioso para chegar a todos que se beneficiaram do esquema.

Não podemos nos deixar contaminar pelo discurso fácil dos acusados por Joesley de que nada do que ele disse tem validade. Tem sim. Por mais que o empresário tenha sido seletivo nas informações e nas provas que entregou durante a delação, têm-se a noção clara da roubalheira que tomou conta do país. Anular as provas só interessa àqueles que sempre viveram sob o manto da impunidade. São os mesmos que tentam enfraquecer a Lava-Jato, que, se ressalte, ficará mais forte à medida que possíveis erros de rota, como o acordo de leniência fechado com a JBS, sejam corrigidos.

O ex-procurador Marcello Miller também não pode ficar impune. É estranho que, perante tudo o que já foi revelado, ele continue solto. Rodrigo Janot afirma que uma investigação interna encontrou e-mails mostrando que Miller já tratava sobre os benefícios aos delatores do





grupo J&F antes de se exonerar do Ministério Público. Miller foi auxiliar direto de Janot, que pediu a prisão dele, pleito negado pelo STF. Neste caso, com provas tão evidentes, não pode haver tratamento diferenciado. É imperativo que todos, corruptores e corrompidos, sejam punidos com rigor. O país já foi enxovalhado demais.

Líder de um dos maiores esquemas de corrupção da história do país, Joesley Batista posa com terço nas mãos como se fosse possível o país perdoá-lo

Contagem dos votos

O Palácio do Planalto já começou a contar votos na Câmara dos Deputados para ver as reais chances de aprovação da reforma da Previdência Social. O governo só irá para o ataque se estiver seguro da vitória. No melhor momento da administração de Michel Temer, antes

da delação de Joesley Batista, chegou-se a contabilizar 280 votos pró-reforma.

Discurso terrorista

A orientação entre integrantes da equipe econômica é difundir um discurso “terrorista” sobre a situação da Previdência. O coro, encabeçado pelo ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, diz que está acabando o dinheiro para pagar aposentadorias e pensão.

Alta de mais 21%

Os mais eufóricos do mercado passaram a apostar que, caso o governo aprove a reforma da Previdência na Câmara neste ano, o Ibovespa, índice que mede a lucratividade das ações mais negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (B3), encerrará o ano próximo dos 90 mil pontos, uma alta de mais 21% ante o recorde de 74.319 pontos registrados ontem.